

ESPAÇO

LISTRA DA

Histórico do INES por Solange Rocha

INFORMATIVO

TÉCNICO

CIENTÍFICO

DO INES

EDIÇÃO

COMEMORATIVA

140 ANOS

SURDOS
MUDOS

Flagrante tomado na casa onde se
instruem, se divertem e trabalham
não têm o dom da voz.

MEC

INES
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
Fundado em 1887

DIRETOR - GIL FERREIRA
GERENTE - VASCO FERREIRA
- 1-9-1936 -

CAPITAL
400rs

ESTAD
50rs





Solange Rocha

Mestre em Educação Especial - UERJ
Pedagoga Especializada em
Deficientes da Audiocomunicação -
UERJ

Licenciada e Bacharelada em
História - UFF

Professora do INES e responsável
pelo acervo e memorial do INES.

APRESENTAÇÃO

Queridos Leitores

O Instituto Nacional de Educação de Surdos faz este ano 140 anos. Motivos inúmeros temos para comemorar.

Felizmente ainda fazemos parte das grandes instituições públicas no Brasil que não tiveram seu fim decretado por imperativos de época.

Estamos atravessando quase um século e meio de história. Precisamos nos aprontar para outros tantos séculos. Para tanto, devemos entender as transformações que a humanidade passa, estarmos sensíveis e abertos no presente para construirmos o futuro com o auxílio luxuoso do passado. Impossível, arrisco afirmar, qualquer ação, qualquer intenção de trabalho sem um entendimento profundo de nossa história. Vale citar Tocqueville em seu comentário sobre a Revolução Francesa:

“Retrocedo de época em época até a mais remota Antiguidade, mas não encontro paralelo com o que está se passando diante de meus olhos; como o passado deixou de lançar a sua luz sobre o futuro, a mente humana vagueia na escuridão.”

Sabemos que a nossa cultura não cultivava muito o hábito de recorrer ao passado, mas não podemos ficar reféns deste equívoco. O fato de sermos uma civilização recente, pouco menos de 500 anos, nos torna vulneráveis ao esquecimento. Até o nosso espaço urbano tem poucas remissões a uma estética passada. Estaríamos, portanto, condenados ao presente? Acho que não. Muitas pessoas aqui do Instituto, ao longo desses 4 meses de trabalho na confecção deste histórico, procuravam-me, sempre curiosas e interessadas para saber onde eu estava, em que década. Era a senha para continuar com a mesma paixão. Acho que falta ao brasileiro obras que lhes contem sua história. Temos história. Aqui estão alguns elementos da história desta instituição. Meu desejo, muitas vezes, era não parar, mas precisava se aprontar. Assim foi. Tudo que pesquisei - documentos, jornais, depoimentos - foram colhidos no Instituto. Trabalhei com a premência do tempo e com o que dispunha à mão. Muitas vezes me emocionei com alguns personagens ou passa-

INFORMATIVO

TÉCNICO

CIENTÍFICO

DO INES

EDIÇÃO

COMEMORATIVA

140 ANOS

1

APRESENTAÇÃO

gens.

Este trabalho não é definitivo, não apenas porque nada é, e sim porque merece um apuro mais detalhado, tantos são os caminhos e atalhos.

O acervo referente à instituição que se encontra na instituição, no museu, foi bastante vasculhado. Vislumbrei vários caminhos para o eixo do histórico. Optei pelo eixo das gestões, pelo tipo de documentação disponível. Consegui escapar da rigidez que essa escolha poderia sugerir, graças às incontáveis matérias de jornais e revistas proporcionando um tom mais cotidiano.

Sinto-me honrada por este trabalho. Ter a oportunidade de me aproximar ainda mais desta instituição, que sempre procurei decifrar, foi um prazer.

Entendo que as últimas três décadas do Instituto merecem um mergulho muito maior do que foi dado. Fico devendo.

Espero que esse trabalho traga não só o necessário conhecimento da história da instituição a que servimos, como também nos dê base para a compreensão do momento histórico vivido. Para tanto, sabemos que os próximos capítulos estão sendo escritos por todos nós.

Solange Rocha

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1997

l 35e

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos
Espaço: edição comemorativa 140 anos; colaboração
Solange Rocha - Belo Horizonte:
Editora Littera, 1997.
32 p.

I - Educação para Surdos. I. Instituto Nacional de
Educação de Surdos. II . Rocha, Solange. III . Título.
CDD 376 - 3
CDU 376 - 33

ESPAÇO

GOVERNO DO BRASIL
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Fernando Henrique Cardoso

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E DO DESPORTO
Paulo Renato de Souza

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
Marilene Ribeiro dos Santos

DIRETORA DO INSTITUTO NACIONAL
DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
Leni de Sá Duarte Barboza

VICE-DIRETORA DO INES
Marilda Pereira de Oliveira

DEPARTAMENTO DE
DESENVOLVIMENTO HUMANO,
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
Wilma Favorito

ESPAÇO é o informativo técnico-
científico de Educação Especial para
profissionais da área da deficiência
auditiva. Os trabalhos publicados no

Informativo Técnico-Científico
ESPAÇO podem ser reproduzidos
desde que citados o autor e a fonte.

Os trabalhos assinados são de
responsabilidade exclusiva
dos autores.

EDIÇÃO
Instituto Nacional de Educação de
Surdos - INES
Rio de Janeiro - Brasil

PRODUÇÃO GRÁFICA
Littera Maciel

TIRAGEM
3.000 exemplares

COMISSÃO DE PUBLICAÇÃO
Carmen Silvia Nora Dias Quintieri
Marcia Regina Gomes
Maria Inês Batista Barbosa Ramos
Solange Maria da Rocha
Wilma Favorito

Contribuições, bem como pedidos
de remessa, deverão ser
encaminhados para:



INSTITUTO NACIONAL
DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

Comissão de Publicação:
Rua das Laranjeiras, 232 - 3º andar
CEP 22240-001
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Telefaxes: (021) 285-7284
(021) 285-7393
(021) 285-5107

INTRODUÇÃO

"Para os navegantes com desejo de vento, a memória é um ponto de partida."

Eduardo Galeano

INFORMATIVO

TÉCNICO

CIENTÍFICO

DO INES

EDIÇÃO

COMEMORATIVA

140 ANOS

3

A rigor, a história do Instituto Nacional de Educação de Surdos é um pequeno capítulo da longa história da educação das pessoas surdas.

O mais antigo registro que se tem notícia é do século XVIII a.C., Moisés é o seu autor: *"Não se deve maldizer o surdo nem colocar obstáculos frente ao cego"*.

Os Hebreus no seu Talmud, anteviam a possibilidade de serem educados e se tornarem inteligentes.

Hipócrates (século V a. C.), associou a clareza da palavra à mobilidade da língua, mas não chegou à audição. Heródoto, neste mesmo século, mais místico e mais submisso à ideologia de seu tempo, classificava os surdos como seres castigados pelos Deuses.

Aristóteles e Plínio estabeleceram uma relação entre a surdez e a mudez, mas não foram além.

Aristóteles não cria na possibilidade de educar as

pessoas surdas.

As civilizações grega e romana, de uma maneira geral, não lhes perdoavam; a questão era resolvida com a eliminação física. Perto da Era de Cristo, Celso afirma que não há surdez absoluta e que os restos de audição podem ser utilizados. Dessa afirmação de Celso até as metodologias atuais, em que esse é um princípio, as civilizações e a pessoa surda percorreram um longo caminho, um caminho de descrédito, preconceito, piedade e loucura.

Muita coisa feita ficou perdida no tempo, sem registro. Nesse caso encaixa-se bem o episódio do bispo John of Bervely, no ano de 637 d.C. que ensina um surdo a falar de forma clara. O acontecimento é tido como milagre e o método perde-se na poeira do tempo, sequer é citado. A igreja toma para si a autoria do feito.

A Idade Média (século V ao

século XV) e seus infinitos demônios não deu um trato mais nobre ao surdo; ao contrário, colocou a surdez em sua imensa fogueira.

Já na idade moderna (século XV ao século XVIII), vivia a Europa uma efervescência política, econômica, cultural e

Figura 1



A mais antiga representação dum alfabeto digital. Reconhecer-se-á facilmente que as três formas de cada uma das letras tentam reproduzir a imagem da escrita pela posição dos dedos. Gravura em madeira extraída da obra de Cosmas Rosselius "Thesaurus artificiosæ memoriae...", Veneza 1579

religiosa. Era o Renascimento, a luz em contraponto às tre-



Figura 2

vas medievais. Os padrões básicos do renascimento eram o humanismo e a razão que foram a gênese da ciência moderna. Assim podemos entender, historicamente, a passagem da leitura de “seres castigados pelos Deuses” a de pessoas com direitos à educação e à socialização.

O monge beneditino Ponce de Leon (1510-1584) oraliza um nobre surdo.

Ainda no século XVI existem inúmeros registros de trabalhos com pessoas surdas.

Em 1620 (século XVII), na Espanha, Juan Pablo Bonet publica um livro em que expunha os princípios do método oral, “Reduccion de Las Le-

tras Y arte para enseñar a hablar a los mudos” (fig. 2).

No século XVIII, temos registro do primeiro embate público sobre métodos para trabalhar a educação da pessoa surda. Trata-se da famosa discussão entre o abade francês Charles Michel de L'Épée (1712-1789), autor do método de sinais ou mímico, e o pastor alemão Samuel Heinicke (1729-1790), defensor do método oral. Vale lembrar que o abade L'Épée funda em 1755, em Paris, a primeira escola pública para ensino de pessoas surdas, substituindo a prática do ensino feito individualmente.

Há que se registrar, também, o trabalho do português de origem judaica Jacob Rodrigues Pereira, na França, utilizando o ensino da fala e exercícios auditivos nos seus alunos com reconhecido sucesso.

Ainda, na França, no governo de Napoleão Bonaparte, são conferidos às pessoas surdas, pela primeira vez, direitos civis.

Em 1880, na Itália, em Milão, realiza-se o Congresso Internacional de Surdo Mudez, onde o método oral foi proclamado o mais adequado a ser adotado pelas escolas. A comunicação gestual foi desaprovada neste evento.

No século XIX já havia inúmeros institutos para alunos surdos em toda Europa.

O Instituto Nacional de Paris merece de nós toda atenção. É de lá que vem o fundador do INES e é aqui que começa a nossa história.



Figura 3

Ernest Huet, francês, professor de surdos, também surdo, chegou ao Rio de Janeiro em fins de 1855 com a intenção de abrir uma escola para pessoas surdas. Trouxe uma carta de apresentação do Ministro da Instrução Pública da França e apresentou-a ao Ministro da França, junto ao Governo do Brasil, Saint Georg. Coube ao Ministro apresentá-lo ao Marquês de Abrantes que, após atestar as boas recomendações que o documento trazia, levou-o ao encontro do Imperador D. Pedro II (fig. 3) que, imediatamente, mostrou-se receptivo, comprometendo-se a auxiliá-lo.

A pedido do Imperador, o Dr. Manoel Pacheco da Silva, então Reitor do Imperial Colégio Pedro II, foi designado a ajudar Huet a organizar sua escola.

A novidade de um estabelecimento escolar para educandos surdos, numa organização social que sequer os reconhecia como cidadãos e com o agravante do responsável ser também uma pessoa surda, dificultou o aparecimento de alunos-candidatos.

Contando com o empenho pessoal do Marquês de Abrantes e do Dr. Manoel Pacheco, Huet conseguiu duas alunas para começar seu tra-

balho. A princípio elas seriam atendidas no Colégio de Vassinon situado à rua Municipal nº 8. Huet ficou como hóspede nesta escola. Suas alunas, de doze e dez anos respectivamente, chamavam-se Umbelina Cabrita e Carolina Bastos; ambas receberiam uma pensão anual paga pelo império brasileiro.

Em janeiro de 1856, Huet apresenta seu programa de ensino cujas disciplinas eram: Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada, Leitura sobre os Lábios e Doutrina Cristã. Em relação à disciplina "Leitura sobre os Lábios" consta a observação, na documentação pesquisada, que seria oferecida apenas aos que tivessem aptidão. Esta aptidão citada devia-se ao fato de se reconhecer que quem tivesse resíduo auditivo teria muito mais chances de desenvolver a Linguagem Oral. Portanto, a orientação educacional era diferenciada; os que não tinham aptidão para linguagem oral, segundo o entendimento da época, não freqüentavam as aulas de Leitura sobre os Lábios. Essa questão sempre foi objeto de polêmica, ao longo da história do Instituto, como poderemos constatar mais à frente.

Por determinação do Imperador D. Pedro II, coube ao Marquês de Abrantes acompanhar de perto o trabalho de Huet e de formar uma comissão com figuras importantes do império, a fim de promover a fundação de uma escola para a educação de pessoas surdas.

A comissão, cujos membros eram Marquês de Olinda, Marquês de Monte Alegre, Conde de São Bento, Padre Dr. Joaquim Fernandes Pinheiro, este desempenhando a função de secretário e o Marquês de Abrantes como presidente, reuniu-se no dia 3 de junho de 1856, no Paço do Senado e, naquela oportunidade, decidiu:

1º - promover a definitiva instalação do Instituto dos Surdos Mudos;

2º - procurar um prédio para a sede do estabelecimento;

3º - não remover os alunos que já estudavam no Colégio Vassinon, antes de Huet casar-se. Esperava-se que a esposa de Huet viesse tomar conta das meninas internas.

Isto posto, a comissão encaminhou ao corpo legislativo e à Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, uma petição de auxílio pecuniário e subvenção. Enquanto aguardava o resultado, os recursos vinham através de donativos da Comissão Inspectora do Convento do Carmo e do Mosteiro de São Bento, do produto de Bailes Mascarados no Teatro Lírico e de algumas matrículas pagas pelo império.

Até 1908, a data de fundação do Instituto era conside-

rada 1º de janeiro de 1857, mas o artigo 7º do decreto de nº 6892 de 19 de março de 1908, determinou a data de fundação do INES em 26 de setembro de 1857, isto porque, através do artigo 16º da Lei 939 de 26.09.1857, o Império brasileiro concede a primeira dotação orçamentária para o Instituto passando, então, a chamar Imperial Instituto de Surdos Mudos.

Posteriormente, foi arrendado um prédio na Ladeira do Livramento, pago pelo Convento do Carmo e pelo Mosteiro de São Bento.

Após o casamento de Huet, os alunos foram removidos do Colégio de Vassinon para o novo prédio, ficando ali instalado o Instituto.

Os alunos, agora em número de sete, eram mantidos pelo imperador, pelo convento, pelo mosteiro e um, pela própria família. Nesta ocasião, o Instituto teve seu primeiro regimento, organizado pelo Marquês de Abrantes e por Huet, aprovado pela comissão.

Em dezembro de 1857, Huet apresenta a um grupo de pessoas com a presença do Imperador, os resultados de seu trabalho, deixando em todos uma boa impressão.

Em 1859, problemas de várias naturezas começam a surgir. Questões econômicas, disciplinares e morais conturbavam os primeiros anos do Ins-

tituto.

Huet e sua esposa viviam público conflito, alterando a rotina da escola.

Algumas tentativas de resolver a questão foram feitas. Huet mandou sua esposa de volta à Europa e uma outra mulher fora contratada para olhar as meninas. De toda forma, nada remediava o que estava posto.

Nesta oportunidade, o Marquês de Abrantes exonerou-se da comissão, sendo substituído pelo Marquês de Olinda. O clima entre este e Huet era dos piores e agravava-se, quando ele tinha que prestar contas das despesas.

Em 1861, Huet, reconhecendo que não tinha mais condições de dirigir o Instituto, propôs ao Marquês de Olinda uma indenização e uma pensão anual para entregar a escola ao Império, visto ter sido o fundador e proprietário da primeira escola para alunos surdos no Brasil. Preocupado, Olinda tentou postergar as negociações com Huet para ganhar tempo. Se Huet fosse embora, imediatamente, não haveria quem cuidasse dos alunos. Há registros de que Huet tenha preparado dois professores para dividir com ele a tarefa de escolarizar as crianças. Estes eram conhecidos como os irmãos La Peña, mas,

ao que tudo indica, a presença desses mestres não diminuiu as preocupações do Marquês. Assim, encarregou o Ministro do Brasil em Paris, de contratar um brasileiro que desejasse vir ensinar e dirigir o Instituto. No final de 1861, depois de um acordo financeiro, Huet cede ao governo seus direitos e vai embora. No livro de Perelo e Tortosa, "Surdo Mudez", consta que ele foi para o México lecionar para os surdos. No México, havia um instituto fundado por seu irmão, também surdo, Adolphe Huet.

Neste período, enquanto o contratado se habilitava no Instituto de Surdos de Paris, o Instituto ficou sendo dirigido por Frei do Monte do Carmo que logo abandonou a missão, "não agüentando as confusões", sendo sucedido por Ernesto do Prado Seixas, indicado pelo diretor do Instituto de Cegos, a pedido do Marquês de Olinda.

Em julho de 1862, chega ao Brasil o professor contratado Dr. Manoel de Magalhães Couto, cuja posse deu-se em 1º de agosto do mesmo ano.

Em 1867, foi promulgado o decreto nº 4046, que dava um regulamento provisório ao Instituto definindo seu quadro com: um diretor, um professor, um capelão, um inspetor de alunos, uma inspetora de alunas, uma roupeira, uma enfermeira, uma dispenseira, uma criada, um cozinheiro e

quatro serventes. Quanto ao ensino, cujo curso durava 5 anos, foram adotadas as seguintes disciplinas: Leitura, Escrita, Doutrina Cristã, Aritmética, Geografia com ênfase no Brasil, Geometria Elementar, Desenho Linear, Elementos de História, Português, Francês e Contabilidade. Com a publicação deste regimento, o Marquês de Olinda transferiu suas responsabilidades com o Instituto para a Secretaria de Estado de Negócios do Império.

Na ocasião, buscando encontrar informações acerca do trabalho no Instituto e não conseguindo, Fernando Torres, Ministro do Império, designou o Dr. Tobias Leite, médico, chefe da Secretaria de Estado, para realizar um relatório sobre o trabalho do Instituto. O resultado foi a constatação de que não havia trabalho nenhum, apenas um "grande depósito asilar de surdos mudos". Em consequência deste relatório, o então diretor do Instituto, Manoel de Magalhães Couto, foi exonerado em 1868, assumindo seu cargo interinamente o mesmo Dr. Tobias Leite, que, em 1872, foi nomeado diretor efetivo, ficando no cargo até 1896, ano de sua morte.

Durante sua gestão, muitos

melhoramentos foram realizados. Em 1873 apresentou um projeto com algumas mudanças no regimento antigo. As mais significativas foram: o retorno da disciplina Leitura sobre os Lábios, a criação do professor repetidor e o ensino profissional, sendo todos os alunos obrigados a aprender um ofício ou arte.

Inúmeras eram as funções do professor repetidor aqui no Instituto. Além de assistir e depois repetir as lições do professor, deveria também acompanhar os alunos ao recreio e no retorno à sala de aula, bem como acompanhar os visitantes do Instituto, pernoitar com os alunos internos, corrigir os exercícios, acompanhar as refeições e substituir professores. Àqueles que eram repetidores da cadeira de Linguagem Articulada, caberia realizar a desmutização dos alunos. Os repetidores eram nomeados se provassem estar habilitados nas matérias da cadeira escolhida. A avaliação era feita aqui no Instituto para escolha dos candidatos; aqueles que apresentassem certificado do estudo secundário completo eram dispensados da avaliação. Havia um repetidor para cada disciplina.



Figura 4 - Aluno do Instituto - 1881
(fotografia oferecida ao Diretor Tobias Leite)

Em 1871, Tobias Leite publica o primeiro livro para o ensino de pessoas surdas no Brasil (fig. 5). O livro é uma tradução do francês do livro *Methodes pour enseigner aux surds-muets*, de J.J. Vallade Gabel. Na ocasião, enviou 500 exemplares do livro às províncias de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e *Goyais* para serem distribuídos pelos professores primários aos lugares onde houvesse maior número de pessoas surdas. Essa 1ª edição logo se esgotou, uma 2ª também e um exemplar da 3ª edição encontra-se no acervo do INES. Esta edição é mais completa, constando a parte teórica de Lições de Linguagem Escrita, publicada como guia para os

professores primários e lições de aritmética e metrologia.

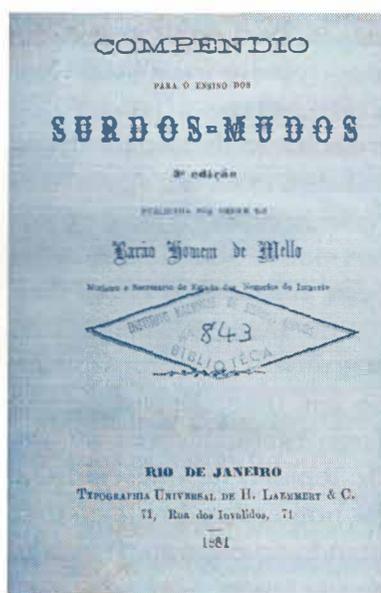


Figura 5

Tobias Leite, na apresentação do livro diz "... É preceito corrente da pedagogia que o professor deve conhecer seu discípulo, estudando-lhe o temperamento, o gênio, o caráter e até os costumes adquiridos na vida doméstica. O professor do surdo-mudo, antes deste estudo, deve saber distinguir as espécies de surdo-mudez, para poder regular os meios que tem de empregar para o bom êxito de sua difícil tarefa"...

Esse livro é um interessante compêndio cuja parte teórica encontra-se sob forma de perguntas e respostas.

Todas as questões que atravessaram o tempo e ainda são interrogações no dia a dia da escolarização das pessoas surdas estão lá: definição de surdez, aptidão para fala, linguagem dos sinais e sua utilização, a escrita, o alfabeto manual, enfim, uma leitura instigante de temas atuais.

O Método do francês, professor Vallade Gabel, de que trata o livro, chama-se intuitivo. As aplicações ao ensino dos primeiros elementos da Língua também estão na forma de perguntas e respostas. Reproduzo, aqui, o trecho de

uma das lições, a partir da página 42 do citado livro:

“P. Como se deve proceder para conseguir que o aluno faça emprego judicioso do artigo?”

R. Não há melhor meio do que o professor fazer sempre emprego lógico do artigo. Se existir na sala em que se dá aula uma só janela, uma só porta, escreva-se sempre que se der a lição sobre esses objetos: a porta, a janela; se houver mais, tratando-se de uma só, diga-se: uma porta, uma janela. Escreve-se: a lua, o sol, porque são objetos únicos em sua espécie.

Em uma palavra, dê-se sempre ao nome, por meio do artigo, o grau de determinação que ele tem, tanto no espírito do aluno, como no professor.

P. Empregou-se três vezes consecutivas o mesmo verbo com regimes diferentes; por que não se deu o mesmo regime a verbos diferentes?”

R. Porque seria necessário o emprego do pronome.

P. Quais são os pronomes que se ensina primeiro?”

R. Os pronomes o - a.”

Muito curioso em sua forma e conteúdo, este livro servira de norte para o trabalho realizado no Instituto, carente de profissionais especializados.

Em 1883, o Congresso da Instrução do Rio de Janeiro, em suas atas e pareceres entre outras questões, trata da escolaridade das pessoas surdas. No “Programa das Questões Sobre Que Devem Versar as Conferências do Congresso”, a 1ª secção versa sobre a instrução primária, secundária e profissional, distribuídas em 29 questões. A vigésima sexta questão era sobre “o ensino de surdos-mudos” cujos pareceres foram de responsabilidade do Dr. Menezes Vieira, professor do Instituto e do então diretor Dr. Tobias Leite.

O parecer do Dr. Menezes Vieira é um rico apanhado da situação da educação dos surdos no Brasil e no mundo. Diz ele que, naquela altura, existiam 364 institutos para surdos espalhados pela Europa, Estados Unidos, Canadá e Japão. Seu arrazoado tem como tônica a importância de oferecer às pessoas surdas instrução para torná-las economicamente produtivas e socialmente viáveis. Reconheceu o empenho do então diretor Tobias Leite como diretor do Instituto, mas faz severas críticas ao programa educacional que, se-

gundo ele, seguia as mesmas diretrizes do Instituto de Paris, sem enfatizar a oralização. Diz ... “Adotando para instrumento geral de comunicação a Linguagem Escrita e reservando para certos casos especiais a articulação ou palavra articulada, obedeceu a influência imitativa, tomou pelo atalho e abandonou a estrada real. Colocou em segundo lugar, reservou para casos particulares os grandes instrumentos de uma educação completa”.

Ou seja, discorda da orientação de oferecer a disciplina de Linguagem Articulada somente para os mais aptos. Para ele, era fundamental este ensino para todos, já que os exercícios para a articulação oral produziram um melhor desempenho dos órgãos da respiração e conseqüente maior qualidade na oxigenação cerebral. Defensor contumaz do oralismo, cita uma interessante estatística da época apurada entre escolas de alunos surdos da Alemanha, Itália e França.

Nestes países de 24.862 alunos, 10.506 são educados pelo método oral, 9.887 pelo método combinado (mímico-oral) e 1.574 pela mímica. Encerra seu parecer com os se-

guintes encaminhamentos:

“O Instituto dos surdos-mudos do Brasil corresponderá ao fim para que foi creado, educando por meio da palavra articulada. Para que a educação effetue-se mais rápida e proficuamente convirá tornar evidente:

- Que a palavra articulada pode ser vista e pelo tato;

- Que a leitura sobre os lábios deve ser ensinada desde os primeiro anos;

A fim de vulgarizar estas idéias cumpre:

- Que os vigários propaguem-nas entre os seus comparioquianos;

- Que nas escolas primárias o ensino da leitura e da escrita seja feito pelo mesmo processo empregado nos institutos de surdos-mudos;

- Que nessas escolas, especialmente nas do sexo feminino, em um dos livros de leitura expressiva trate-se da primeira educação que o surdo-mudo deve receber no seio da família.”

Esses pareceres (o do Dr. Tobias vem a seguir) refletem uma mudança de mentalidade quanto à educação das pessoas surdas em fins do século XIX. A idéia de caridade vai sendo substituída por necessidades econômicas e sociais revelando, basicamente, três tendências da época. Na Alemanha e Inglaterra e nos países escandinavos a abordagem é sociológica, ligada a questões de cidadania. Havia uma preocupação em formar indivíduos

os capazes de exercer seus direitos e deveres. Na França e Itália seria uma “luta santa”, o partido clerical desejava mais fiéis para engrossar suas fileiras. Nos Estados Unidos a eterna previsibilidade de estarem preocupados em converter “pessoas inúteis” economicamente em hábeis operários construtores de riquezas.

Tobias Leite entendeu que para o Brasil, a primeira e a terceira proposições deveriam ser desenvolvidas. Moto contínuo, pede ele que o império faça um recenseamento de pessoas surdas em todo Brasil, para identificar as reais necessidades de criação de outros educandários e também para checar dados contraditórios sobre a quantidade de pessoas surdas e suas necessidades. Cita dois casos para justificar seu encaminhamento. Do primeiro consta que o reverendo Bispo do Pará, voltando da Europa, trouxe dois padres franceses que se dedicavam à educação de surdos com a finalidade de fundar em sua diocese um instituto especializado. O programa de trabalho foi divulgado na época pelos diocesanos do Pará. Tempos depois, em viagem à corte no Rio de Janeiro, o Bispo do Pará encontrou-se com Tobias Leite e este pediu-lhe notícias do Instituto. Qual não foi sua surpresa ao ter como resposta que não havia criado um instituto porque não havia

surdos em sua diocese. Tobias Leite, espantado, informou-lhe que constavam 236 pessoas surdas nas estatísticas do Pará.

O outro caso vem de sua função como diretor. No Rio de Janeiro, com 209 pessoas surdas recenseadas, nunca conseguiu preencher as 30 vagas gratuitas oferecidas pelo Instituto, apesar de amplamente divulgadas pelos jornais.

Posto isto, verificado o número de surdos-mudos no Brasil, estudadas as causas naturais para prevenção, propõe o exame das seguintes questões:

1º - Qual a extensão que se deve dar à instrução do surdos-mudos no Brasil?

2º - Qual o ensino profissional que mais convém - o artístico ou o agrícola?

3º - Quais as localidades em que convém manter estabelecimentos para a educação de surdos-mudos?

4º - Os estabelecimentos para a educação de surdos-mudos devem ser mantidos pelo Estado, pelas províncias ou pelas municipalidades?

5º - Não devendo as surdas-mudas ser excluídas do benefício da educação, qual o meio prático de educá-las nos institutos, promiscuamente com os surdos-mudos, ou em estabelecimentos especiais?

Encerra seu parecer entendendo que a educação dos meninos surdos deve limitar-se à primária. O ensino, pelas características do Brasil, deve ser agrícola. O Instituto deve atender aos alunos do Rio de Janeiro e Espírito Santo e preparar professores especializados para os institutos que deverão ser abertos em outras províncias. Os encargos financeiros estariam sob a responsabilidade municipal auxiliada pelo Estado e pelas províncias. Quanto à educação das meninas surdas, diz ele que é a questão mais difícil de seu parecer. Vale a pena transcrever um trecho do seu arrazoado dada a riqueza de conceitos e valores morais que refletem historicamente a época, fins do século XIX.

“A surda-muda não educada não causa à família e à sociedade os males que causam os surdos-mudos.

A razão é óbvia: creada no aconchego da família, da qual nunca se afasta, habituada desde tenra idade aos misteres e trabalhos domésticos, contida até certo ponto pelos exemplos das pessoas do mesmo sexo, da mesma idade, não affronta a moral, não ataca a propriedade, nem se entrega aos vícios. Mas seus

direitos à instrução, iguaes aos do sexo masculino, a sensualidade precoce a activíssima inerente à surdo-mudez, e mais que tudo, a sua missão de futura mãe fazem da sua educação uma necessidade imperiosa.

Os internatos de ambos os sexos não estão na nossa educação nem nos nossos hábitos, e seria improficuo tentar estebelecê-los, porque a natural resistência das famílias juntava-se a impossibilidade (por experiência o affirmo) de encontrar pessoal nacional que mantivesse o estabelecimento na altura em que deve ser conservada uma casa de educação mantida pelos poderes públicos... Na idade de 7 a 10 anos poderiam as surdas-mudas vir da casa paterna acompanhadas por qualquer pessoa para o internato, mas aos 15 e 18 annos quando educadas tivessem de deixar o internato que destino teriam? Voltarem para os seus lares? Quem as acompanharia? Empregarem-se na mesma localidade do Internato? Em que e sob a direcção e responsabilidade de quem? Como preparatório lembro a inclusão nos programas das escolas normaes para professoras do ensino dos methodos para educar surdas-mudas, e a diffusão em larga escala de livros elementares que habititem as mães e a qualquer pessoa de boa vontade a ini-

ciar a instrucção dessas infelizes.”

Portanto, podemos ver que as meninas surdas estavam fora deste projeto de cidadania. Só no início da década de 30, deste século, é que as meninas voltaram a ser aceitas no Instituto, porém em regime de externato. O internato feminino só se concretizou na década de 50 deste século.

Com a morte do Dr. Tobias Leite, em 4 de agosto de 1896, assume, interinamente, a direção, o professor Dr. Joaquim Borges Carneiro, até fevereiro de 1897, quando toma posse o Dr. João Paulo de Carvalho.

Borges Carneiro, em sua breve passagem como diretor interino, envia ofício ao governo solicitando o preenchimento da vaga da cadeira de Linguagem Articulada e indica o professor Cândido Jucá, professor interino de linguagem escrita, para ocupá-la.

Confirmado na nova designação, o Professor Candido Jucá debruçou-se a estudar fonologia alemã e tornou-se um célebre oralista no Instituto, deixando vários discípulos, dentre eles o professor Saul Borges Carneiro. Seu trabalho teve êxito absoluto. O Jornal do Comércio de 5 de dezembro de 1898 fez uma longa matéria a esse respeito, aqui no Instituto. Vários alunos, na presença de numeroso público e do então ministro da Justiça Epitácio Pessoa, demonstraram os resultados do trabalho oral de Jucá. Um aluno de

nome Laurindo repetiu uma quadra de Casimiro de Abreu, lendo nos lábios do professor. Outro aluno, de nome Sílvio, pronunciou uma saudação ao presidente de República e leu pensamentos em alemão, inglês, italiano e em latim. O professor Cândido Jucá também foi professor do Colégio Pedro II, onde ensinava Alemão.

A retomada do trabalho realizado através da cadeira de Linguagem Articulada reabria também a discussão eterna desta área cujos primeiros protagonistas públicos foram o Abade L'Epée e o pastor Samuel Heinicke. Essa discussão refletia uma certa alternância na condução da escolaridade no Instituto. São visões bastante distintas; uma que luta pela permanência da Linguagem Articulada para todos, fundamentada na visão de que as pessoas surdas podem viver naturalmente em sociedade, se a escola desenvolver todas as suas potencialidades, inclusive a de falar. A outra, mais "pragmática", consoante com o modo americano de ser, considerava que uma profissão e rudimentos da linguagem escrita bastavam.

Dez anos antes do êxito de Cândido Jucá, outro professor

do Instituto, Menezes Vieira, após ter regressado da Europa, em missão oficial para estudar as possibilidades de oralização, teve autorização de realizar um "ensaio do ensino da linguagem articulada", adotada, como já vimos, por quase todos os institutos europeus. Este "ensaio" durou 7 anos e em 1889, o então diretor enviou ofício ao governo afirmando que os alunos que freqüentavam a aula de linguagem articulada nenhuma instrução haviam adquirido, ao passo que os das classes de linguagem escrita haviam aprendido muitas noções e apresentado notável adiantamento. Como conseqüência, Menezes Vieira foi jubilado e a cadeira ficou vaga até a vinda de Jucá.

Outro professor do Instituto, A.J. de Moura e Silva, ao regressar de uma longa viagem à Europa, por razões particulares, mesmo licenciado, buscou inteirar-se do trabalho realizado no Instituto dos Surdos-Mudos de Paris, passando a freqüentar os cursos lá oferecidos e estagiar nas salas de aula.



Figura 6

Com o tempo de sua licença acabando, o professor Moura e Silva solicitou ao Ministro da Justiça "... sendo muito conveniente que o Instituto tivesse informações completas para resolver a tão debatida questão do ensino pela palavra articulada, me fosse permitido continuar nos meses de outubro a março o estudo começado em julho e interrompido pelas férias".

O ministro atendeu o pedido do professor com a condição de que ao voltar apresentasse minucioso relatório de

sua experiência e observação. Assim foi feito e em nosso acervo encontra-se um exemplar do relatório denominado **“Surdos-Mudos Capazes de Articular e Meios Práticos de Lhes dar a Palavra e, com ela, o Ensino.”** 1896 (fig. 6). Reproduzo aqui um trecho da apresentação de seu trabalho e a constatação de que os séculos pouco fizeram na dissolução das polêmicas, ao contrário, elas continuam as mesmas. Explica ele como organizou o relatório:

“Dividindo-o em duas partes, ocupar-me-hei: na primeira, dos dous methodos por que têm sido instruídos os alumnos do citado estabelecimento - linguagem escripta, auxiliada pelos sinais e pela dactylogia, desde a sua fundação em 1791 até 1880, e linguagem articulada desde 1880, ou melhor, desde 1887 até hoje (porque a transição do antigo para o novo systema de ensino se operou em 7 annos), e indicarei, a proposito do novo ensino, quaes os surdos-mudos que me parece poderem recebê-lo com proveito; na segunda, tratarei dos meios praticos de dar a palavra articulada e, com ella, o ensino a esses mesmos surdos que, menos infelizes que os seus irmãos de infortunio, são por isso capazes de tão extraordinário beneficio”.

Na gestão do Dr. João Paulo de Carvalho, que na virada do século encontrava-se na direção do Instituto, foi assinado o Decreto nº 3964, 23 de março de 1901, baixando novo

regulamento para o Instituto. Por este, foi mantido o mesmo plano de estudos estabelecido no Regulamento de 1873, preservando o artigo 8º que dizia - *“o ensino da Linguagem articulada e da Leitura sobre os Lábios será dado de preferên- cia aos alunos que mostram-se aptos para recebê-lo”*. E a polêmica continua. Por este regulamento foi criado mais um lugar de repetidor, ao todo quatro, e foi também aumentado o número de alunos internos com gratuidade para 35. Ainda em 1901 foi criada a oficina tipográfica cujos serviços eram disputados por órgãos públicos do Rio de Janeiro. Podemos encontrar, ainda hoje, em sebos ou bibliotecas, inúmeros livros impressos pelos nossos alunos na oficina do Instituto.

Em 26 de março de 1903, João Paulo de Carvalho é exonerado sendo substituído pelo Dr. João Brasil Silvado, famoso abolicionista, que também foi diretor do Instituto Benjamin Constant em fins do século XIX. Criou a Revista do Instituto Nacional de Surdos-Mudos na qual colaborou assiduamente, fazendo campanha para o início da educação das meninas surdas e por melhor seleção dos métodos de ensino. Ficou apenas 4 anos à frente do Instituto, retirando-se já com a saúde bastante abalada. Morreu em Paris em 1911. Dr. Silvado era bastante ligado às questões da cegueira e da surdez. Consta que em sua gestão, o ensino da Articulação e

Leitura sobre os Lábios teve resultados bastante satisfatórios. O ensino de modelagem foi criado nesta época, tendo como professor o Dr. Luiz Ribeiro.

Em 1907, assume a direção do Instituto, o Dr. Custódio Ferreira Martins, iniciando um longo período de gestão que durou até 1930.

Tobias Rebello Leite com 28 anos de gestão (1868-1896) e o Dr. Custódio Ferreira Martins com 23 anos (1907-1930) foram os que mais tempo permaneceram à frente da direção do Instituto.

O Decreto de nº 6892, de 19 de março de 1908, criou mais uma cadeira de Linguagem Escrita, sendo realizado todo o curso em 6 anos. Essa deliberação foi muito bem vinda, pois só havia dois professores de Linguagem Escrita: um para os 1º e 2º anos e outro para os 3º e 4º anos; os 5º e 6º ano estavam sem professor. Desde 1879, Tobias Leite vinha solicitando a criação de mais uma vaga.

Em 1911, o Decreto de nº 9198 muda novamente a condução do ensino no Instituto. No artigo nº 09 consta que o método oral puro deveria ser adotado no ensino de todas as disciplinas. Com isso, os três professores de Linguagem Escrita foram transferidos para as três novas cadeiras de Linguagem Articulada e Leitura Sobre os Lábios, somando um total de quatro, já que uma vinha

funcionando regularmente desde 1897.

Em 1912, os professores organizaram novos programas para o ensino da Linguagem, posteriormente aprovados pelo Ministro do Interior e postos em execução.

No regulamento de 1911 foi criada a seção feminina, uma vaga para dentista e aumentou para cinco o número de professor repetidor. O total de vagas nessa época era em torno de 40.

Embora abrisse a possibilidade para as meninas surdas estudarem, o prédio em que o Instituto estava instalado não comportava alunos de ambos os sexos. Para os padrões da época tudo deveria ser bem separado. Com isso, o governo autorizou o Conselho dos Patrimônios a construir novo prédio, mais amplo. Assim, em 1913, teve início a obra do prédio em que hoje está instalado o Instituto. Em estilo neoclássico, foi projetado pelo arquiteto francês Gustav Lully. Fins de 1914, o prédio fica pronto. Em 1915, é inaugurado e passa a funcionar, ainda sem a seção feminina, segundo consta, por falta de verba.

Em 1913, a Cadeira Linguagem Articulada, sendo seu regente Manoel Dantas Sobrinho, apresentava o seguinte programa: Gramática imitativa e progressiva, Leitura Sintética nos Lábios, Educação da Vista, Educação do Tato, Preparo dos Órgãos Respiratórios, Preparo dos Órgãos da Articula-

ção da Palavra e Desmutização.

Já em 1914, terceiro ano do Método Oral Puro, os resultados não eram tão positivos: 60% dos alunos não chegaram a um nível satisfatório. Custódio Martins enviou relatório ao governo, solicitando mudanças no regulamento. Assim disse em seu relatório:

"A prática demonstra o que já era, em outros estabelecimentos da Europa e dos Estados Unidos, conhecido. Os surdos-mudos são aptos para aprender a Linguagem Articulada até a idade de 7 anos; esta capacidade de apreensão vai diminuindo, gradualmente, à medida que o aluno vai adquirindo maior idade, de modo que, aos 9 e 10 anos, a percentagem dos aptos é muito diminuta. Neste ano, verificou-se uma percentagem muito pequena de alunos aptos a tirarem proveito do ensino oral, talvez menos de 40%.

É, pois, necessário que V. Ex^a, reforme o regulamento deste Instituto, permitindo a entrada dos alunos de 6 a 10 anos, no máximo, entrada essa que só é permitida no regimento em vigor aos alunos de 9 a 14 anos.

Parece de toda conveniência ao ensino que as quatro aulas de ensino de Linguagem Portuguesa sejam divididas, de modo a ficarem duas aulas para o ensino de Linguagem Articulada, systema oral, e duas de Linguagem Escrita."

Diante desses fatos, o diretor Dr. Custódio Martins enviava anualmente relatório ao governo, insistindo na proposta de adaptar métodos de ensino mais adequados às variadas aptidões e capacidades dos alunos do Instituto.

O Decreto nº 15.044 de 20 de setembro de 1921 acaba com uma das cadeiras de Linguagem Articulada, e o Decreto nº 15054 de 19 de outubro do mesmo ano acaba com uma das vagas de professor repetidor.

Em janeiro de 1925, através do Decreto 16.782, é organizado o Departamento Nacional de Ensino, passando este Instituto e o Benjamin Constant à classe de estabelecimento de ensino profissionalizante.

De sua fundação até 1925, passaram pelo Instituto, 301 alunos, ao todo, sendo 293 homens e 8 mulheres.

Em 1926, é publicada a tese de doutoramento em medicina do Dr. Arnaldo de Oliveira Bacellar, pela Faculdade de Medicina de São Paulo. O título é "A Surdo Mudez no Brasil". Seu trabalho é uma rica fonte de pesquisas e trata dos seguintes temas: breve histórico sobre a questão da surdez e do surdo, etiologia, anátomo-

patologia, prevenção, legislação e; por fim, comentários sobre instituições brasileiras que atendem surdos, motivo que suscitou sua visita em 1925 a este Instituto.

Espantado com o quadro que encontrou na gestão do Dr. Custódio, fez duras críticas, em seu trabalho, ao Instituto. Reproduzo agora, fielmente, suas palavras:

“ Visitando este Instituto em setembro passado, e, francamente, enorme foi a nossa desillusão.

O Instituto propriamente funciona na ala esquerda do prédio, sendo a outra ocupada por diversas repartições federais.

Desde a entrada, nota-se em todos os cantos a falta de uma administração enérgica e eficiente como requer um Instituto desta natureza. Falta ordem, falta asseio, falta disciplina, falta tudo...

Alunos maltrapilhos e descalços, recebendo instrução péssima, não por falta de professores ou incompetência delles, muito pelo contrário, mas por falta absoluta de material escolar - não há papel, nem lápis, nem livro; a biblioteca e o museu aos poucos, foram se dissolvendo, pouco restando delles actualmente. Vai à aula o aluno que quer ir, porquanto não há quem o obrigue a isso.

Quanto a métodos de ensino, não existem, por quanto, verdadeiramente, não existe ensino.

Não há selecção de alunos - encontramos lá,

desde o surdo mudo verdadeiro, até o perfeito idiota. Numa das classes, tivemos ocasião de ver um rapaz, atrasado mental, que ouvia e falava perfeitamente, e que, pelo convívio com os surdos mudos, estava tomando os hábitos e os gestos delles.

As duas únicas oficinas que lá existem, encadernação e sapataria, estão reduzidas a um montão de machinas e aparelhos velhos e imprestáveis.

Entretanto, em 1893, a primeira rendeu 10:716\$00 e segunda 783\$00, além de fornecer calçados a todos os alumnos do Instituto.

No estado em que está, o Instituto Nacional de Surdos Mudos representa o typo mais acabado de Instituto de “fachada” estando transformado em um mau e decadente asylo para aquelles infelizes”.

Juntando-se a este testemunho, a imprensa da época também não poupou a administração do Dr. Custódio. Anos antes, em 1923, o jornal Vanguarda, do Rio de Janeiro, em sua primeira página, abre matéria intitulada “ No casarão do silêncio”, denunciando toda sorte de descalabros. Além dos mesmos fatos narrados pelo Dr. Bacellar, conta ainda uma curiosa história. Em fins de 1922, muitos alunos deixaram de prestar os exames regula-

res, porque o diretor antecipou o retorno dos mesmos a suas casas. O motivo seria a presença no Rio de Janeiro dos índios da tribo Parecys. As comemorações do centenário da Independência do Brasil (1822-1922) tinham como uma de suas atividades, uma partida de um jogo indígena chamado Zicunati, realizada pelos índios dessa tribo. Dr. Custódio negociou aqui, no Instituto, a hospedagem desses índios com a comissão Rondon que, não por acaso, tinha sede numa das dependências do Instituto. Por isso, antecipou o retorno dos alunos às suas casas. No final da hospedagem, o então general Rondon pagou vultosa quantia ao diretor .

O diário carioca, em 1931, também publica uma dura reportagem contra a administração do Dr. Custódio. Diz um trecho da matéria:

“... Sinecurista impiedoso, o diretor Custódio Martins deixou que corresse ao léu o Instituto, ultimamente transformado em casa de pensão para alguns rapazes amigos, que ajudaram o administrador a dar as verbas a forma fagueira dos corpos gasosos, enquanto, abandonados, sem assistência médica, sem roupa, sem escovas de dentes,

sem sabão para o banho, os pequeninos párias ali internados viviam reclusos numa sala, num abandono deveras revoltante, só não morrendo à míngua porque delles se apiedavam alguns professores e funcionários conscientes, que mais não faziam porque a todas as iniciativas bemfazejas se opunha, empregando a força da inércia, o diretor."

Não encontrei, em todo o material pesquisado, qualquer defesa ou justificativa dos atos do diretor.

Essas informações, divulgadas na época, provavelmente foram um duro golpe na longa e controvertida gestão do Dr. Custódio em cujos últimos anos dera ênfase ao ensino da escrita e o conhecimento de uma profissão.

Enquanto isso, a chamada República Velha (1889-1930) ia chegando ao fim. O governo do presidente Washington Luís vivia grande agitação em função das eleições para o seu sucessor. Getúlio Vargas era candidato da Aliança Liberal. Vencedor, depois de muita disputa política, Getúlio inicia um longo período na presidência da república, conhecido como Era Vargas.

Os ventos da mudança, que anunciavam a transição de um velho Brasil para um novo Brasil, foram vividos também aqui no Instituto.

Em meados da década de 20, dois jovens médicos otologistas, Dr. Armando Lacerda e Dr. Henrique

Mercaldo, tinham seus trabalhos de reeducação auditiva reconhecidos pela ciência e amplamente divulgados pela imprensa.

Figura 7



Numa das matérias, jornal "O Globo" de 19/03/1926, Dr. Armando explica os princípios do método de reeducação que utiliza. Junto com o Dr. Mercaldo, dividiam um mesmo consultório, nele, trabalhavam o método desenvolvido por Zund- Burguet, considerado a maior autoridade em otologia clínica da época.

Trata-se da Kinesitherapia do ouvido, "tratamento rigorosamente dosado, por meio de vibrações sonoras, excitante natural do órgão auditivo, associados à trepidação molecular." Quanto aos resultados, explica que o sucesso é maior ou menor segundo circunstâncias que estão na "dependência direta do tempo da anormalidade auditiva, do estado geral do enfermo, da natureza da surdez, etc..." (fig. 7).

O reconhecimento público de seu importante trabalho levou o chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, em 1930, a nomeá-lo diretor do Instituto. Sua posse foi amplamente divulgada pela imprensa. Dr. Custódio, de início, relutou em passar-lhe o cargo. Mas, diante das evidências, declinou e disse: "Hoje não valho mais nada: sou um vencido, um traste inútil que o governo revolucionário pôs de lado..."

Enquanto isso, Dr. Armando era festejado, inclusive, pela então diretora da Página de Educação do Diário de Notícias, poetisa Cecília Meireles.

Nos primeiros meses de 1931, Cecília Meireles publica uma série de reportagens sobre o Instituto. Na abertura da série denuncia: "... "A infância que frequenta as esco-

destinada aos semi-surdos.”

O segundo, “ *compreendendo a linguagem escrita, é destinado aos retardados de inteligência e aos surdos entrados depois dos 9 anos. Neste departamento, tentar-se-á substituir também a mímica, que é o meio de comunicação*

las públicas já é, numa grande parte, constituída por crianças em situação orgânica sub-normal, pela pobreza das classes a que pertencem, e a incultura do meio, vítima, no velho regimen, das falsas elites dos bacharéis, e só modificável, no Brasil de hoje, se todas as pessoas de responsabilidade se devotarem a uma grande obra comum de educação extensiva.”

O início da gestão do Dr. Armando, foi destinada a organizar a Instituição. Estava tudo por fazer. Inclusive o delicado problema de ter parte de suas instalações ocupadas por outros órgãos públicos, como já vimos. Assim, estabeleceu algumas prioridades, uma delas, a confecção de uma ficha para cada aluno, constando todos os seus dados pessoais, a perda auditiva e a capacidade mental. Essas informações serviriam de base para o seu plano pedagógico. A idéia era dividir os alunos em dois grupos, dando origem a dois departamentos: o oral e o silencioso.

O primeiro, subdividido em duas seções: “*a oral, só labial, compreendendo linguagem articulada e leitura labial, destinada aos surdos profundos de inteligência normal e aos semi-surdos, que não são congênitos; a acústica oral*

expontâneo dos surdos mudos, pela dactylogologia, que é um meio convencional. Isso é, aliás, uma coisa difficilima, dada a rapidez da chamada “contaminação mímica” que faz com que os surdos-mudos, em poucas horas, se comuniquem, entre si, por esse meio instintivo e deficiente.” (fig. 8).

Além das questões pedagógicas, outras questões desafiavam o jovem diretor. Uma delas era a exclusão das alunas surdas internas. Inúmeras pressões foram feitas por familiares, pela imprensa e até por uma organização chama-

da Aliança Nacional das Mulheres para que fossem aceitas no Instituto. Bem, o Dr. Armando condicionou a aceitação de um internato para as meninas à expansão da área construída do prédio. Sabemos que ao assumir a direção, encontrou inúmeras repartições públicas aqui funcionando (Juízo de



Figura 8

Menores, Polícia de Focos do 1º districto, Comissão Rondon, etc...). O Instituto propriamente só ocupava a ala esquerda do prédio. Era preciso espaço para o internato feminino. Este não podia funcionar junto com os dos meninos. Um dos argumentos do Dr. Armando apontava para inconveniência de se alojar em espaços próximos, pessoas surdas do sexo oposto, dada a possibilidade de haver casamento e, conseqüentemente, dependendo da etiologia da surdez de seus cônjuges, a geração de filhos com problemas auditivos.

Em 1932, foi criada uma



Figura 9

seção feminina com oficinas de costura e bordado, funcionando, apenas, em regime de externato. (fig. 9).

Ao longo da década de 30, lecionava, aqui no Instituto, as disciplinas de Desenho e Trabalhos Manuais, o escultor Antônio Pitanga, pernambucano, surdo, formado pela escola de Belas Artes. Foi vencedor dos prêmios grande Medalha de Prata (escultura Menino Sorrindo); Grande Medalha de Ouro (Ícaro) e o



Antônio Pitanga
Escultor

Figura 10

prêmio Viagem à Europa, com a escultura Paraguassú. Viveu muitos anos na Itália, falando fluentemente o italiano. Morreu moço, aos 48 anos, em 1940, deixando uma vasta obra em escultura. Só para citar algumas: em Friburgo, a estátua do Barão de Friburgo; em Cantagalo, Euclides da Cunha; no Colégio Pedro II, os bustos de Bernardo de Vasconcelos, José Clemente Pereira, entre outros. Encontra-se, no Instituto, um retrato seu, pintado a óleo pelo pintor H. Cavalheiro (fig. 10).

Em 1934, Dr. Armando Lacerda publica a *Pedagogia Emendativa do Surdo Mudo*. Neste documento, ele considera que há dois objetivos principais na educação das pessoas surdas: o conhecimento da linguagem e a habilitação profissional (fig. 11).

Em 1937, envia relatório ao então Ministro Dr. Gustavo Capanema. Contava então naquela altura o Instituto com 127 alunos, em regime de internato, semi-internato e externato. A educação, como vimos

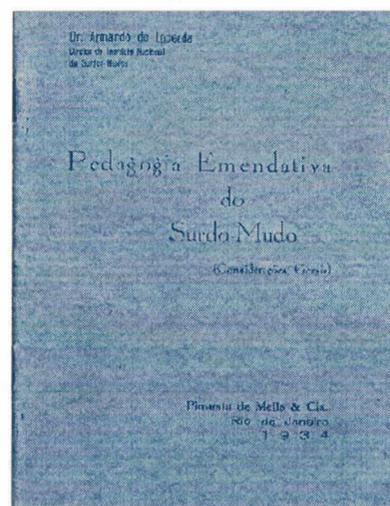


Figura 11

na pedagogia emendativa, tinha dois eixos básicos que eram os ensinamentos aplicados e profissionais.

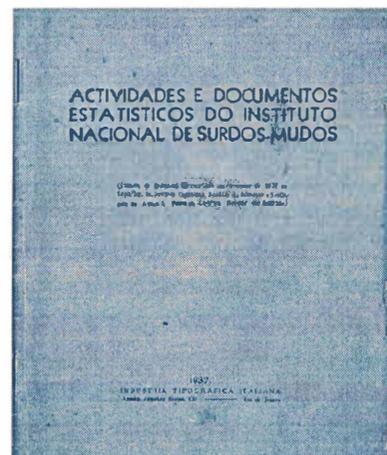


Figura 12

Está registrada neste relatório, a preocupação dos docentes do Instituto em reorganizar o ensino aplicado, para melhor distribuir os alunos pelas classes, visando obter maior rendimento das atividades exercidas em conexão com as oficinas. Eram, para tanto, realizadas pesquisas de fragmentos de linguagem, resíduos auditivos e medidas de inteligência (fig. 12).

Os testes de inteligência

eram feitos, também, com o objetivo de classificar os alunos para o tipo de atendimento condizente com sua capacidade.

O teste utilizava a Escala de Herderschée. Além dessas pesquisas, pretendia iniciar os ensaios relativos à aplicação do perfil psicológico de Rossolimo nos alunos. Fora aconselhado a fazê-lo, pelo professor Henri Wallon, por ocasião de sua visita ao Instituto, em fins de 1935.

A idéia do Curso Normal, só duas décadas depois realizada, já constava neste relatório que também apontava o Instituto como um potencial centro de pesquisas, principalmente na área audiométrica.

Como se vê, o Dr. Armando organizava o Instituto, agindo em várias frentes.

Em março de 1936, o diretor fala ao jornal *O Globo*, sobre as repartições que funcionam no Instituto. Naquela altura, o Ministro da Guerra, que tinha a Inspetoria de Fronteiras, também ocupando a ala direita do prédio, propunha uma indenização, pelo tempo que ocupou desde 1918, e um pagamento de aluguel mensal, para continuar ocupando. Entendido como vantajoso para a Instituição, porque, além da indenização e do aluguel, havia o compromisso de construir um pavilhão para as oficinas da seção de madeira e um elevador para serventia geral do edifício.

Finalmente, em 1937, as obras de ampliação da instituição têm início. As aulas foram suspensas, por 5 anos, vi-



Figura 14

rando o Instituto um grande canteiro de obras. Foram construídos, nesse período, as oficinas profissionalizantes, o ginásio de esportes, considerado um dos melhores da época, o auditório, e ampliados os espaços dos 2º e 3º andares, cujas áreas são chamadas de "orelhas".

Com as aulas suspensas, somente alguns poucos alunos

permaneceram no Instituto, por não terem pra onde ir. Portanto, alguma atividade foi sendo mantida.

Em 1938, regressa de uma longa viagem aos Estados Unidos, o professor João Brasil Silvado Jr.. Foi em missão oficial observar e estudar o trabalho feito com alunos surdos em território americano (fig. 14 e 15).

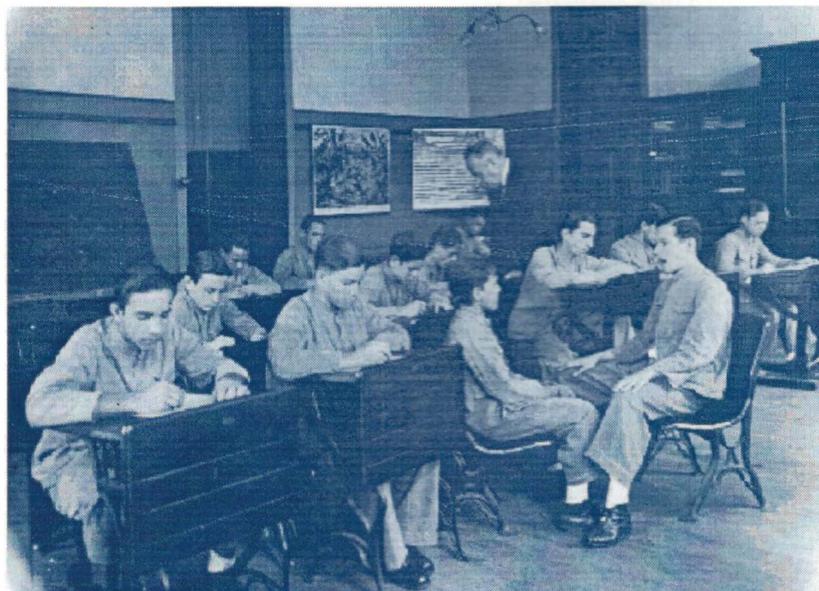


Figura 15

O Professor João Brasil Silvano Jr., trabalhou no Instituto desde o início do século. Viajou, em várias ocasiões, a outros países, como França, Alemanha, Inglaterra, sempre buscando acompanhar o trabalho com alunos surdos. No Instituto, regia a cadeira de Linguagem Articulada. Voltou, desta última viagem, impressionado com o aproveitamento dos restos auditivos no trabalho com os alunos:

“Tive oportunidade de conversar, em voz alta, ao microfone, com turmas inteiras de antigos alunos, completamente mudos, mas que hoje falam com voz clara, facilmente entendida e fluente”...

Na oportunidade, contou o caso de uma bailarina surda, estudante na Filadélfia, que ao deixar a escola de orientação oralista, partiu em excursão para o Rio de Janeiro, apresentando-se no Cassino da Urca. Consta, que antes de estar nesta escola, era totalmente muda, passando a ser falante. Dançou para os cariocas que, provavelmente, não se deram conta de sua história. Ainda em 1938, é publicado o livro **“A arte dos Surdos-Mudos”** de autoria de Yolanda Mendonça, doutora pela escola de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Nele, a autora faz uma análise de desenhos de dois alunos do Instituto, sob a luz da teoria freudiana.

Enquanto isso, as obras se arrastavam por quase 3 anos.

Em 1939, ainda houve uma tentativa de reiniciar as aulas, mas as dificuldades eram muitas. Entretanto, o maior transtorno ainda estava por vir. Aproveitando o Ginásio modelo, recém construído, o Ministro da Educação baixou uma determinação para que a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, passasse a funcionar no prédio em reformas. Acabou por ocupar o prédio adjacente ao prédio principal (antigo serviço médico), local onde o Dr. Armando pretendia instalar o internato feminino. Os alunos da Escola de Educação Física passaram a fazer parte do cotidiano da Instituição, inclusive a mais célebre, a atriz Tonia Carrero. Conclusão: atropelado pela falta de verbas, sitiado por várias instituições públicas e mais andaimes, pedreiros, entulhos e as pressões exercidas pelos pais, para voltar às aulas, apontavam tempos difíceis para o diretor. Só em 1941, o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) atendeu ao pedido do sofrido diretor, para designar uma verba, a fim de terminar a obra. Assim foi. Inaugurada, os resultados foram novas e modernas salas de aula, o teatro para 400 pessoas, dispondo de aparelhagem cinematográfica e, também, concluída uma câmara, à prova de som, munida de aparelhagem técnica para a realização das pesquisas

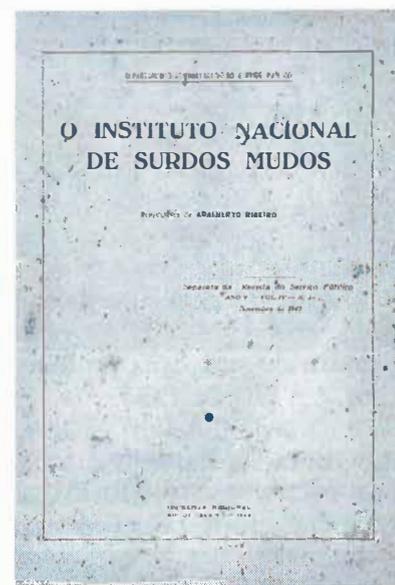


Figura 16

acumétricas e audiométricas. Enfim, a estrutura do prédio e todo mobiliário estavam novos.

Em 1942, Adalberto Ribeiro realiza uma enorme matéria, publicada pelo DASP, sobre o Instituto e sua história, desde a fundação, até a data da reportagem, com depoimentos do Dr. Armando Lacerda, dos professores João Brasil Silvano Júnior, Saul Borges Carneiro e Geraldo Cavalcanti. Riquíssima, detalhada, cheia de fotografias, é uma importante fonte de pesquisa. Nos depoimentos dos professores acima citados, todos oralistas, impressionam a cultura e a quantidade de informações com que discorrem sobre a educação das pessoas surdas e a história dessa educação (fig. 16).



Figura 17

Em 1946, é editada a cartilha “Vamos Falar” para uso das crianças surdas brasileiras. Seus autores, Léa Paiva Borges Carneiro e Jorge Mário Barreto, eram professores do Instituto (fig. 17).

Já no final de sua gestão, em 1947, o Dr. Armando Lacerda concede uma entrevista para a revista Mulher Magazine, realizada por Elza Bianchi Cerante. Ali, o diretor queixa-se da falta de instalações para a criação do Jardim de Infância, a falta de apoio oficial para cursos de extensão para professores e a desatenção com os ex-combatentes que voltaram

da guerra com problemas auditivos. Segundo ele, necessitariam de um curso de leitura labial, na tentativa de superar o ensurdecimento adquirido nos campos de batalha.

Durante toda a Era Vargas, (1930-1945), o Dr. Armando Lacerda esteve na Direção do Instituto.

Com o fim da 2ª. Guerra Mundial e a derrota dos regimes nazi-fascistas, Getúlio inicia um processo de abertura política, anunciando eleições diretas para a presidência da República. Final de 1945, o general Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente pela coliga-

ção PTB-PSD. Em 1946, é promulgada uma Constituição de forte influência norte americana. Era o início da Guerra Fria. O mundo dividido em dois blocos: um de influência socialista e outro, capitalista. Assim, a política externa brasileira seguia as diretrizes americanas, culminando, em 1947, com o rompimento de relações diplomáticas com a União Soviética e com o fechamento do Partido Comunista Brasileiro, cassando os mandatos parlamentares dos políticos eleitos por este partido.

Nesse mesmo ano de 1947, o Dr. Armando é afastado da direção. Em seu lugar, assume o Dr. Antônio Carlos Mello Barreto, cuja gestão vai até 1951.

Em 1949, uma polêmica nos jornais mostra uma certa animosidade entre o novo e o antigo diretor. Este sentiu-se injustiçado quanto aos resultados, divulgados pela imprensa e pelo Congresso Nacional, quando da visita ao Instituto de uma comissão jornalístico-parlamentar. Naquela altura, o então diretor, Mello Barreto, fez críticas à gestão anterior em relação à parte técnica e administrativa. Em carta ao jornal Correio da Manhã, de 25 de novembro de 1949, o Dr.



Figura 18

Armando rebate as acusações feitas pelo mesmo jornal, na edição do dia 13 do mesmo mês. Ainda enviou uma carta ao deputado Café Filho, membro da Comissão que aqui esteve, solicitando que fosse lida em plenário seus argumentos de defesa. Fê-lo porque o deputado em outra oportunidade havia discursado, em plenário, sobre a situação do Instituto, que o apontava como responsável pela situação encontrada. Assim, Café Filho atendeu o pedido e, na sessão do Con-

gresso Nacional de 25/11/49, leu a carta do Dr. Armando.

Ainda há que se registrar em 1949, o lançamento da revista do INSM (Instituto Nacional de Surdos e Mudos), composta e impressa na oficina de artes gráficas do Instituto, pelos alunos. No seu primeiro número, há uma homenagem ao diretor Dr. João Brasil Silvado, (1903-1907), lembrando que a revista, na realidade, é uma ressurreição da que foi editada no período de 1906 a 1907 pelo antigo diretor (fig. 18).

A oficina de artes gráficas do Instituto profissionalizou inúmeros alunos, abrindo um precioso campo de trabalho para eles. Muitos estruturaram suas vidas, exercendo este ofício em vários órgãos do governo (Imprensa Nacional) e empresas privadas.

A tônica do ensino com vistas à profissionalização é visível, em várias oportunidades, e registrada na revista nº 2, onde, num pequeno editorial intitulado "Como Pensamos", diz:

"A recuperação dos surdos se faz na oficina-escola (cultura-técnica). O ensino é, e precisa ser, essencialmente profissional O objetivo educacional do aprendizado artífice, não é somente rudimentar o manual dos ofícios restritos às possibilidades materiais e orgânicas dos mesmos, sem organização pedagógica, nem didática. Deve ser a escola pequena fábrica, onde os educandos adquiram, na aparelhagem completa e moderna de suas instalações, o conhecimento teórico e prático dos ofícios professados".

A gestão do Dr. Mello Barreto, assim como a do Dr. Armando Lacerda, é marcada pela superação da idéia de depósito asilar de surdos. Ambos, cada um à sua maneira,

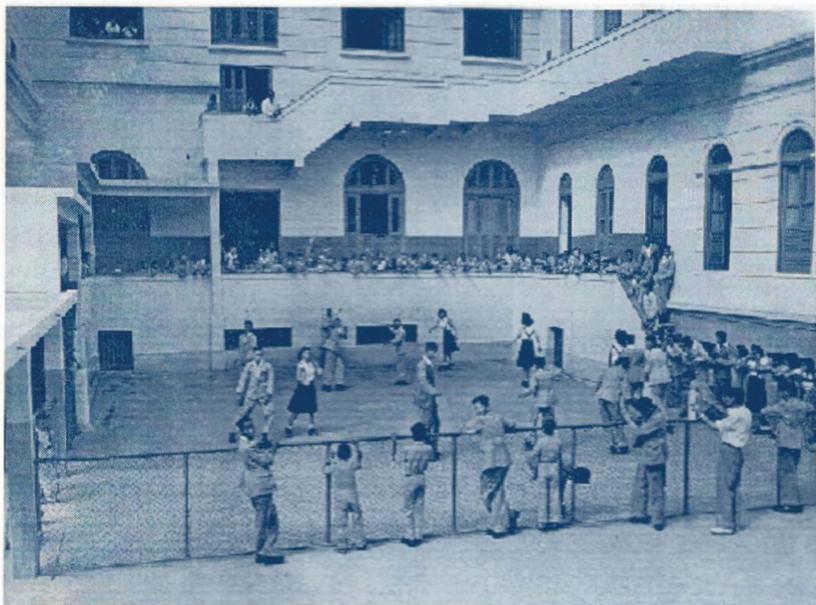


Figura 19

buscavam uma identidade de escola. Deste modo, definia o professor Milton de Araújo, em 1949, o Instituto e suas questões educacionais:

“ O Instituto Nacional de Surdos Mudos, hoje, não é um asilo de recolhimento, mas um educandário modelo. O quadro que apresenta atualmente contrasta com o dia de ontem. O programa de ensino parte da educação religiosa, abrange a cultura geral e termina dando, aos surdos-mudos, o conhecimento dos direitos que a sociedade lhes outorga e dos deveres que a mesma lhes impõe” (fig. 19).

Em junho de 1950, o então diretor, Mello Barreto, vai à Holanda participar do Congresso Internacional de Ensino a Surdos Mudos. Nesta oportunidade apresentou muita documentação sobre o en-

sino profissional-técnico realizado no Instituto, intitulado “O Surdo na Escola-Oficina”, recebendo elogios e aclamação da imprensa estrangeira.

Em 1951, assume a direção do Instituto a professora Ana Rímoli de Faria Dória, primeira mulher a assumir este cargo. Durante uma década esteve à frente da direção.

Muitos acontecimentos marcaram a gestão de Dona Ana, dentre eles: a criação do Curso Normal de Formação de Professores para Surdos, o Jardim de Infância, o Curso de Especialização para professores, a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro, a 1ª Olimpíada Nacional de Surdos, o Curso de Artes Plásticas, acompanhado pela Escola Nacional de Belas Artes, o Centro de Logopedia e inúmeras publicações.

O Curso Normal, antiga aspiração dos diretores que a

antecederam, finalmente, realizou-se. Uma Comissão de Estudos sobre a presidência de Dona Ana fora designada para elaborar o ante-projeto das normas que regeriam o Curso Normal. Faziam parte desta Comissão o professor João Brasil Silvado Júnior, Dr. Henrique Mercaldo, professora Léa Borges Carneiro e Milton Acácio Carneiro, todos funcionários do Instituto. Este curso foi o primeiro no Brasil e o terceiro na América do Sul. Foram recrutados estudantes de grau médio, para receber formação especializada, baseada na experiência de outros países. O curso tinha a duração de 3 anos e alunos de todo o Brasil.

O Jardim de Infância foi instalado em 1952, para crianças de 5 a 7 anos, com o objetivo de trabalhar a socialização, desde cedo.

O Curso de Especialização tinha como objetivo especializar professores da rede estadual. Sua duração era de 2 anos.

Dentre as comemorações do I Centenário do Instituto em 1957, foi criada a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro. A finalidade era promover a educação e a assistência aos deficientes da audição e da fala, de todo o Brasil, fornecendo-lhes pessoal especializado (orientadores, professores e assistentes) e pessoal técnico, além de material necessário à abertura e funcionamento de escolas especializadas, por todo o país (fig. 20).



Figura 20

Ainda em relação às festividades do I Centenário, temos a 1ª Olimpíada Nacional de Surdos (fig. 21 e 22). Aliás, o trabalho do setor de Educação Física do Instituto merecia uma capítulo à parte. Muito farta é a documentação deste setor, não só dos expedientes internos como de jornais. Está cuidadosamente organizada, principalmente, as referentes às décadas de 50 e 60.

A Olimpíada contou com a participação de atletas surdos de vários estados, entre os quais destacaram-se, os de Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal. As competições foram realizadas na praça de esportes do INES e no

Fluminense Futebol Clube, para a realização das provas de futebol, natação, atletismo e stand de tiros.

No dia 30 de novembro de

1957, na praça de esportes do INES, realizou-se a abertura da Olimpíada, com inúmeras autoridades e políticos, entre eles, o então Ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado.

O aluno atleta do INES, Waldemar da Conceição marcou a história dos esportes no Instituto, sendo destaque em várias modalidades, como: salto em altura, salto triplo, basquete e futebol. Toda a imprensa carioca e a dos estados envolvidos, deram ampla cobertura ao evento, que chamavam de Olimpíada Silenciosa. O sucesso foi tanto que o evento repetiu-se por mais 3 anos, sempre com muita divulgação, pela imprensa.

As artes plásticas, também, são outro capítulo, à parte. Nas mais diversas épocas, tivemos alunos que marcaram his-



Figura 21



Figura 22

tória com sua sensibilidade e talento. Em 1953, um novo incremento é dado com a criação do Curso de Artes Plásticas, modelado pelo da Escola Nacional de Belas Artes. O objetivo era o aprimoramento das aptidões dos alunos com talentos para as artes. Nesta oportunidade, foi criado o museu artístico pedagógico para divulgação e exposição dos trabalhos realizados. Muitos de nossos alunos tiveram suas obras apresentadas nos Salões de Artes Plásticas. Alguns dos maiores nomes da pintura brasileira foram professores do Instituto. Só para citar alguns: Bandeira de Mello, Bustamante Sá, Lígia Clarc.

Outro grande feito desta gestão foi a inauguração do Centro de Logopedia, o primeiro a ser criado em instituição pública no Brasil. O atendimento era, não só para os alunos da Instituição, mas também, para os alunos da prefeitura e de outras unidades da federação. Eram trabalhadas dificuldades referentes aos distúrbios da linguagem e da fala (dislalia, disфонia, disgrafia, dislexia, etc...) ligadas à aprendizagem.

As publicações especializadas na área da surdez, também foram um marco em sua gestão. De sua autoria temos: **Manual de Educação da Criança Surda**, **Ensino Oro-Áudio-Visual para os Deficientes da Audição**, **Introdução à Didática da Fala**, **Compêndio de**

Educação da Pessoa Surda. Em 1968, já afastada da direção geral, traduz uma série de 8 pequenas publicações extraídas de "The Volta Bureau", do Centro Internacional de Informações sobre a Surdez, sediado em Washington.

No início da década de 50, uma visitante ilustre comoveu a comunidade do Instituto. A americana de origem alemã Hellen Keller, surda e cega, famosa em todo mundo, depois de publicar um livro sobre sua vida. Leitura indispensável para os que trabalham com a surdez e a cegueira. Hellen Keller e sua preceptora Ann Sullivan, (fig. 23) deixaram uma comovente herança de superação e de força de vontade. Muitos profissionais já aposentados da instituição, recordam-se do dia de sua visita. Esteve no auditório, onde falou aos alunos, em inglês, com a ajuda de pessoas que fizeram a interpretação.



Figura 23

Em 5 de julho de 1958, realiza-se uma Noite de Gala no Teatro Municipal do Rio de



Figura 24

Janeiro, em benefício da Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro, organizada pela filantropa, Maria Antonietta Franklin Leal. Autoridades, políticos e a sociedade carioca da época, compareceram para assistir a ópera bufa Dom Pasquale, tendo o tenor Paulo Fortes, no papel de Doutor Malatesta e Guilherme Damiano, no papel de Dom Pasquale. No programa da ópera, consta um texto de D. Ana sobre a importância da Campanha, elogiando o apoio do então presidente da República, Juscelino Kubitschek e de seu Ministro da Educação Clóvis Salgado (fig. 24).



Figura 25

Em 1961, é composto o Hino ao Surdo Brasileiro, para can-

to e piano. A música é de autoria de Dona Ana Rímoli e letra do professor Astério de Campos (fig. 25).

Em consonância com os avanços na área da surdez e na concepção educativa da pessoa surda, o Instituto ganha nova denominação, em 6 de julho de 1957. Passa, a partir desta data, a chamar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos, em substituição a Instituto Nacional de Surdos Mudos.

No ano de 1961 D. Ana é afastada da direção e até 1964, três diretores alternam-se no poder. São eles: Rodolpho da Cruz Rolão, Pedro Eziel Cylleno e Euclides Alberto Braga da Silva.

Em 1962, é criado o Boletim Informativo "Educação de Surdos" com o objetivo de divulgar as realizações do Instituto e da Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro. O diretor, então, era Pedro Eziel Cylleno. No número II desta publicação, encontra-se a estruturação dos programas do ensino Pré-Fundamental e Fundamental do INES. A proposta era uma adaptação do programa primário das escolas públicas do Estado da Guanabara. Estruturava-se da seguinte maneira:

I - Iniciação

A - Maternal: até 4 anos de idade.

B - Pré-Fundamental : até 6 anos de idade.

II - Fundamental: Duração - 8 anos**1º Grau : Duração - 3 anos (7 a 9 anos de idade)**

1º ano fundamental

2º ano fundamental

3º ano fundamental

2º Grau : Duração - 5 anos (10 a 14 anos de idade)

4º ano fundamental

5º ano fundamental

6º ano fundamental

7º ano fundamental

8º ano fundamental

Ainda em 1962, foi criado o Ginásio Industrial Ernest Huet. Em 1966, foi mudada sua denominação para Ginásio Orientado para o Trabalho Ernest Huet. Em 1974, foi extinto, sendo, então, implantado o ensino de 1º grau de acordo com a Lei 5692/71. Com isso, o Instituto passou a ministrar o 1º grau completo.

Em 1964, Dr. Armando Paiva Lacerda (ex-diretor) e a professora Ivete Vasconcelos, diretora da Escola Santa Cecília, especializada em alunos surdos, dividem um artigo na Revista Brasileira de Cirurgia, sobre a importância do diagnóstico precoce na educação da criança surda. Dez anos depois, ela estaria inaugurando, aqui no Instituto, o serviço de Educação Precoce, na gestão do Dr. Marino Gomes Ferreira. Na justificativa de seu projeto diz:

"... quanto mais cedo se diagnosticar e tratar uma de-

ficiência , tanto melhor será o prognóstico educacional da criança. "()... Realizado o diagnóstico, é importante que a criança participe de um programa de estimulação precoce elaborado para ser realizado no lar, pela família".

Em outubro de 1983, a equipe do setor de Estimulação Precoce, presta-lhe comovente homenagem, por ocasião de seu falecimento.

No material pesquisado do setor , consta uma breve história de sua mentora. Reproduzo um trecho deste documento:

"Em maio de 1972, Ivete começou a atuar no INES, no Pré-Escolar, com uma turma de Jardim de Infância, crianças com múltiplas deficiências. Nesta ocasião, ela aplicou seus conhecimentos e experiências adquiridos na Pestalozzi, ao lado de Helena Antipoff. Trabalhando aqui,

começou a tomar conhecimento de que muitas crianças menores de 3 anos, aguardavam oportunidade de atendimento.

Sua experiência e conhecimento técnico, acumulados por mais de 20 anos, na educação de bebês deficientes da audição, mostravam que o melhor tempo de desenvolvimento estava sendo perdido. Isto a preocupou.

Empenhou-se, então, em sensibilizar as autoridades, da importância do atendimento precoce. Como resultado, a direção desta casa, deu a Ivete, em abril de 1975, a responsabilidade de orientação e apoio aos pais das crianças até 3 anos que aguardavam matrícula."

A professora Ivete Vasconcelos foi a pioneira da Estimulação Precoce para bebês deficientes da audição no Brasil (fig. 26).



Figura 26

Em entrevista ao jornal “**O Sabidinho**” do Centro Cívico Tiradentes, do INES, nº 4, maio de 1979, Dona Ivete fala das novidades na área da educação de pessoas surdas; “*a nova corrente filosófica da Comunicação Total, está se difundindo e ganhando adeptos em vários países do mundo. A Comunicação Total, apela para outras vias de comunicação, associando oralismo a gestualismo.*” Lembrou ela, nesta ocasião, a participação da atriz Jane Fonda, na entrega do Oscar, gestualizando para milhões de deficientes auditivos dos EUA e de outros países.

Em 1980, na gestão de Heleton Saraiva O’Reilly, é publicado o PLANAP - Plano Anual de Atividade Pedagógica. Parece que a questão da repetência já era, há muito, uma preocupação.

Neste documento, ela está também associada à situação sócio-econômica da criança.

“A grande maioria de crianças que ingressam na vida escolar obrigatória, chega de lares onde se constata a quase total ausência de estímulos sensoriais, motores, afetivos, sociais e verbais, a que somam condições extraordinariamente precárias de alimentação e saúde”.

Ainda em sua gestão, novos professores concursados integram os quadros da Instituição.

Em 1980, é retomado o curso de Especialização, alguns

anos interrompido. Com critérios de seleção bastante rigorosos, foi aberto um concurso para frequentar o curso, sob a orientação da professora Álpia Couto, então Coordenadora da Área de Deficiência Auditiva do CENESP, Centro Nacional de Educação Especial. Este Centro foi criado em 1973, com a finalidade de “promover em todo território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais”. O Instituto era subordinado ao CENESP.

Em 1984, o MEC/CENESP abriu um concurso para professores e hoje, grande parte dos profissionais que atuam no Instituto, é oriundo deste concurso.

A rede Globo de Televisão em 1982, lança a novela “**Sol de Verão**” cujo protagonista, o ator Toni Ramos, faz o papel de um rapaz surdo. Toni Ramos frequentou, algum tempo, o Instituto, convivendo com alunos para compor seu personagem. Seu principal interlocutor foi o professor da Gráfica do Instituto e ex-aluno Narciso Paiva.

Em 1985, na gestão de Francisco José, é criado um centro avançado de Diagnóstico e Adaptação de Prótese Otofônica e um Laboratório de Fonética. Esse centro foi criado através de dotação orçamentária da UNESCO. Inúmeros cursos foram oferecidos aos profissionais do Instituto para desenvolver trabalhos

com a nova aparelhagem. Dr. Guy Perdoncini, Michel Martin e Henrique Bizaguê, foram alguns dos especialistas franceses que vieram dar cursos com esse objetivo.

Ainda em 1985, uma grande alegria tomou conta do corpo docente da instituição. Depois de alguns diretores, estranhos à área da surdez, é indicada para assumir o cargo, a professora e fonoaudióloga Lenita de Oliveira Vianna que aqui trabalhou, por quase 30 anos. Essa explosão de alegria aconteceu por ocasião do anúncio de sua nomeação no auditório, repleto de funcionários administrativos e docentes da instituição.

Os ventos da Comunicação Total, como já havia sido divulgado por Dona Ivete Vasconcelos, e a insatisfação do corpo docente com os resultados de seu trabalho, ampliaram as discussões internas sobre os rumos educacionais da Instituição.

Nesta ocasião, o professor Geraldo Cavalcanti, que merecia um histórico à parte, foi convidado para dar um curso sobre o método que desenvolveu, cujo mentor foi o professor Brasil Silvado Jr., seu querido mestre e professor do Instituto. O método chama-se Oral Global Natural Direto Dedutivo (OGNDD). Problemas no decorrer do curso levaram

o professor Geraldo, já aposentado, a deixar de ministrar suas aulas.

O professor Geraldo Cavalcanti é um mestre no sentido mais amplo da palavra. Tem inúmeros discípulos no Instituto. De temperamento forte, dono de um conhecimento raro em relação à educação de pessoas surdas, é um polemista, humanista. Jamais abriu mão de suas convicções, mesmo que isso lhe custasse um certo isolamento. Respeitado por quem o conhece, adorado por muitos, tem seu trabalho reconhecido por várias pessoas surdas que foram seus alunos. Seu método dá ênfase ao desenvolvimento da Linguagem e da Fala.

Em dezembro de 1987, escreve uma carta à Diretora Lenita, querendo informações sobre métodos que possibilitam a aquisição da linguagem pela via auditiva. Propõe que os representantes dos métodos Audiofonatório e Verbo Tonal, debatam seus procedimentos junto ao corpo docente da instituição e, se aceitos, que sejam aplicados. Todos esses métodos faziam parte do currículo do Curso de Especialização.

Nesse mesmo ano, começa a elaboração de uma pesquisa, cujos resultados serviriam de base para o trabalho na instituição. A Pesquisa Alternativas Educacionais Aplicadas à Educação dos Deficientes da Audição (PAE), contava com três abordagens ou metodologias especializadas: O método Audiofonatório, a filosofia da Comunicação Total e a abordagem Multissensorial. De responsabilidade do recém estruturado Departamento de Programas Educacionais, foi realizada no setor pré-escolar.

Seus resultados encontram-

se publicados no nº 2 do Informativo Técnico-Científico Espaço, também criado na gestão da professora Lenita.

Dois importantes encontros, dentre outros, marcaram sua gestão. O 1º Encontro de Professores Alfabetizadores de Deficientes da Audição e o 1º Encontro Nacional Interdisciplinar na área da Deficiência Auditiva. Os encontros foram realizados nas dependências do INES com profissionais de todo o Brasil. Os anais desses encontros fazem parte das publicações deste período.

Ainda nessa gestão, o INES ganhou autonomia administrativa, passando a ter orçamento próprio e autonomia técnico-pedagógica, tendo como atribuição a formulação de política educacional, na área da surdez, em todo o Brasil.

Foram ainda criados o Conselho Consultivo e as associações de docentes (ADINES), pais (APINES) e funcionários (AFINES).

O acervo e a memória do Instituto também foram con-

templados em sua gestão com a recriação do museu, no espaço que hoje ocupa a Coordenação de Recursos Humanos (fig. 27).

Em 1990, no governo de Fernando Collor de Mello, o Instituto sofre uma violenta intervenção, ocasionando o afastamento da professora Lenita. As gestões de Júlia Cury Hallal e Mauro Monteiro de Barros marcaram uma fase de forte angústia para a instituição.

Em novembro de 1992, assume, interinamente, a Direção Geral Leni de Sá Duarte Barbosa, Psicóloga e Professora do setor do Pré-Escolar do Instituto. Sua permanência no cargo foi confirmada, em 1994 através de eleições diretas ocorridas pela primeira vez, em nossa história. É a atual Diretora-Geral do INES. Sua nomeação foi publicada em 19 de dezembro de 1994.

Muitos acontecimentos importantes têm marcado a gestão da Professora Leni, dentre eles: a publicação, em março de 1994, de novo Regimento Interno para o INES, a reorga-



Figura 27



Figura 28

nização da Biblioteca Central, a regulamentação do Curso de 2º Grau, a reativação das publicações, com destaque para o Informativo Técnico-Científico ESPAÇO, a aquisição de um micro-ônibus e uma kombi, para atender às atividades pedagógicas externas, a reconstrução e ampliação do Pavilhão Saul Borges Carneiro, a recuperação das instalações do Serviço de Nutrição, a instalação de 02 (dois) laboratórios de informática Educativa e um laboratório de Ciências.

Sentido que as inúmeras atribuições regimentais do INES não poderiam ser totalmente operacionalizadas com aquela estrutura regimental, propôs a reformulação do Regimento Interno, com a criação de um terceiro Departamento. Em setembro de 1996, pela Portaria nº 943, de 13 de setembro de 1996, é publicado o novo Regimento, em que o INES passa a ser um Centro de Referência Nacional na área da surdez, tendo, em sua estrutura regimental, além do Departamento de Planejamento e Administração, um Departamento Técnico Pedagógico, responsável por seu Colégio de Aplicação e o Departamento de Desenvolvimento Humano,

Científico e Tecnológico.

Ao longo desses anos, a partir de 1992, houve o incremento de novas pesquisas, realizadas por profissionais da Instituição e de Universidades; promoção de 02 (dois) Seminários Nacionais sobre Bilingüismo; a reestruturação da parte pedagógica; a elaboração de uma nova proposta de ensino da Língua Portuguesa, através de níveis diferentes da seriação usual. Vale destacar, neste momento, que a experimentação proposta pela equipe de português, em conduzir o trabalho desta maneira, vem ao encontro da insatisfação dos docentes e discentes quanto aos resultados da escolarização, até então em vigor.

Outras ações tem sido concluídas ao longo de 1997, tais como: recuperação da cúpula do prédio principal (fig. 28) e reforma do prédio em que funcionam serviços técnicos do INES: Médico, Odontológico, Social, Psicológico e de Encaminhamento profissional.

Encontra-se em fase final, a recuperação e ampliação da Unidade Ivete Vasconcelos, onde funcionará, ainda em 1997, a Educação Infantil.

Desde 1993, os alunos do Instituto, através do seu Grê-

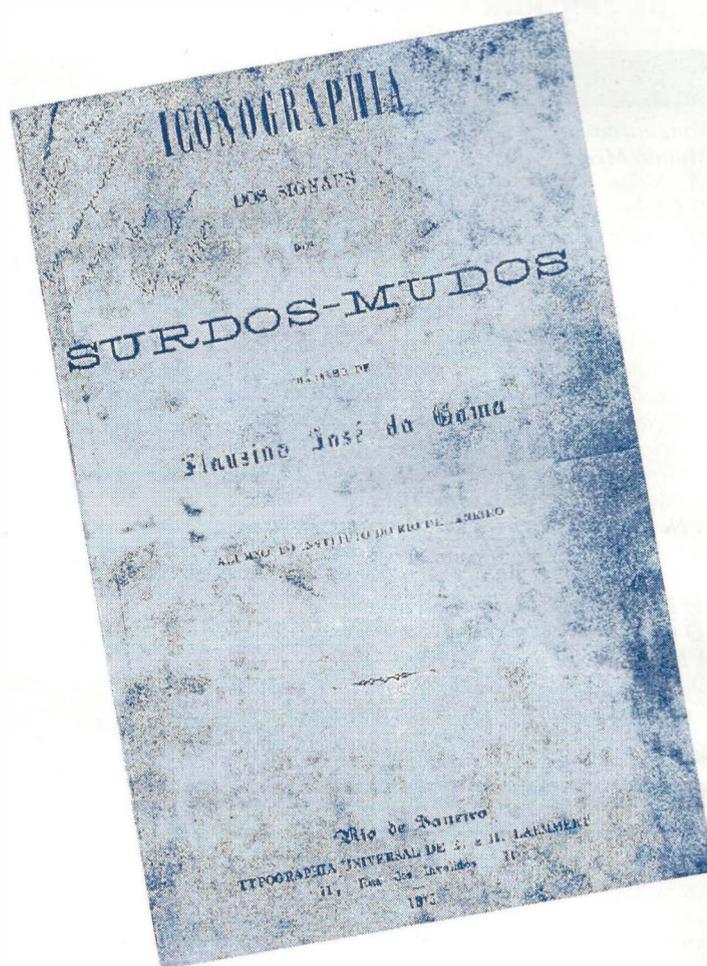
mio, vêm participando, ativamente, com diálogo permanente junto ao corpo docente e em instâncias deliberativas, como o Conselho Diretor. Hoje, os alunos reivindicam que os professores utilizem a LIBRAS em suas aulas.

A comunicação por gestos, que já teve várias denominações (Linguagem Mímica, Mímica, Comunicação Gestual, Linguagem Sinalizada) hoje é reconhecida como Língua dos Sinais, no caso do Brasil, LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais. O status de Língua e o seu reconhecimento pelas instâncias governamentais, fazem parte de uma luta que se intensifica com a criação da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos) e outras associações, a fim de ter legislação que assegure sua utilização, sempre que necessário, em eventos sociais e pedagógicos referentes à pessoa surda.

A gênese desta Língua e o seu desenvolvimento estão ligados à história desta Instituição. A pouca citação referente à LIBRAS é, em função do Instituto, ao longo de sua história, ter adotado os preceitos do oralismo.

A Língua dos Sinais só foi fazer parte do projeto pedagógico da instituição, na década de 80, com a pesquisa PAE, sendo ela utilizada numa das alternativas educacionais, a Comunicação Total.

Na história oficial, ela sempre aparece junto com a necessidade de superá-la pela palavra oral. No cotidiano da instituição, ao longo do tempo, sabemos que ela nunca deixou de existir, a despeito da tradição oralista do Instituto. Entre os alunos e entre estes e alguns professores, esta comunicação gestual sempre se deu.



Há narrativas de que era proibido, em algumas épocas, a utilização deste tipo de comunicação entre professor e aluno. Ouvi depoimentos, afirmando a proibição, e outros, de que a orientação era para evitar os gestos e só se dirigir aos alunos, através da fala. Entre os alunos essa proibição, mesmo que se tentasse, era impossível. De toda maneira, a comunicação gestual sempre esteve à margem da escolaridade, aqui no Instituto. Eventualmente era usada, de forma clandestina, por alguns professores que entendiam que era um importante recurso para a escolarização dos alunos. Sua utilização, em sala de aula, sem constrangimentos, tem pouco mais de dez anos.

Vale lembrar que o diretor Tobias Leite (1868-1896), teve um gesto de reconhecimento

a esta Língua, quando em 1875 mandou publicar um livro intitulado “Iconografia dos Sinais dos Surdos-Mudos” (fig. 29) feito pelo aluno do Instituto, Flausino José da Gama. Diz o diretor, na apresentação, sobre o objetivo do livro: “*Vulgarizar a Linguagem dos Signaes, meio predilecto dos surdos-mudos para a manifestação dos seus sentimentos*”.

No início da década de 90, alguns profissionais do setor Pré-Escolar do Instituto,

criaram um coral chamado “**Mãos em Canto**”, cantando sucessos da Música Popular Brasileira com as mãos.

Falar da atualidade, num histórico de 140 anos, é muito difícil. Um trabalho como esse não tem fim, possivelmente, nem começo. É como se fosse a narrativa de apenas um trecho de uma grande viagem. Como já havia dito na apresentação, os atuais capítulos ainda estão sendo escritos. São eles resultados de nossas ações.

Fontes de consulta - Acervo do INES

Jornais:

Jornal Vanguarda - 16 de abril de 1923
Jornal Mundo Médico - 22 de dezembro de 1927
Jornal A Noite - 08 de novembro de 1924
Jornal O Globo - 19 de março de 1926
Jornal Mundo Médico - 19 de janeiro de 1928
Jornal Mundo Médico - 26 de janeiro de 1928
Jornal Diário Carioca - 04 de março de 1931
Jornal O Globo - 10 de outubro de 1931
Jornal Diário de Notícias - 16 de dezembro de 1931
Jornal O Globo - 24 de setembro de 1934
Jornal A Nação - 23 de setembro de 1934
Jornal Diário da Noite - 18 de setembro de 1935
Jornal Diário da Noite - 27 de dezembro de 1935
Jornal O Globo - 27 de dezembro de 1935
Jornal A Batalha - 14 de abril de 1936
Jornal A Noite Ilustrada - 01 de setembro de 1936
Jornal O Globo - 25 de março de 1936
Jornal O Jornal - 29 de setembro de 1936
Jornal do Brasil - 14 de novembro de 1936
Jornal O Globo - 22 de julho de 1938
Jornal A Nota - 22 de janeiro de 1939
Jornal O Jornal - 29 de maio de 1939
Jornal Correio da Manhã - 29 de setembro de 1939
Jornal O Globo - 27 de setembro de 1939
Jornal Mulher Magazine - março de 1947

Outros:

Publicações do Instituto ao longo de sua história
 (livros, revistas, documentos oficiais, etc.)

Regimentos da Instituição

Históricos do Instituto produzidos em diversas épocas,
sem autoria.

Revista do Serviço Público - DASP- ano V, volume IV,
nº 02, novembro de 1942

Atas e pareceres do Congresso de Instrução do Rio de
Janeiro, 1884.

Documentação do setor de Educação Física

Documentação do setor de Estimulação Precoce.

Livros:

- *Sordo Mudez* - Jorge Perello e Francisco Tortosa.
 Editora Científico - Médica, 1968.
 - *A Surdo Mudez no Brasil* - Arnaldo de Oliveira
 Bacellar. Editora Martinelli, Maia e C., 1926.

Créditos:

Foto da Capa - (meninos no INES) *Jornal A Noite*
Ilustrada, 1 de setembro de 1936.
Foto da autora - Otaviano de Menezes Bastos

Agradecimento :

Agradecemos ao Serviço de Informática na
Educação, na pessoa da professora, Maria Lúcia
Martins da Cunha, pelo apoio na reprodução
das ilustrações deste trabalho.

O atual Instituto Nacional de Educação de Surdos,
funcionou nos seguintes endereços ao longo de sua
história.

- 1 - Rua Municipal nº8 (atual Myrink Veiga)
- 2 - Ladeira do Livramento nº 29, Bairro da Saúde
- 3 - Prédio do Campo da Aclamação nº 49 (atual praça
da República)
- 4 - Prédio da rua Real Grandeza , sem nº (canto de S.
Joaquim)
- 5 - Rua das Laranjeiras, nº 95 (atualmente nº 232)

DIRETORES DO INES

ERNEST HUET 1856 / 1861
 FREI JOÃO MONTE DO CARMO e ERNESTO PRADO
 SEIXAS 1861 / 1862
 MANOEL DE MAGALHÃES COUTO 1862 / 1868
 TOBIAS REBELLO LEITE 1868 / 1896
 JOAQUIM BORGES CARNEIRO 1896 / 1897
 JOÃO PAULO DE CARVALHO 1897 / 1903
 JOÃO BRASIL SILVADO 1902 / 1907
 CUSTÓDIO FERREIRA MARTINS 1907 / 1930
 ARMANDO PAIVA DE LACERDA 1930 / 1947
 ANTÔNIO CARLOS DE MELLO BARRETO 1947 / 1951
 ANA RÍMOLI DE FARIA DÓRIA 1951 / 1961
 RODOLPHO DA CRUZ ROLÃO 1961 / 1962
 PEDRO EZIEL CYLLENO 1962 / 1963
 RODOLPHO DA CRUZ ROLÃO 1963
 EUCLIDES ALBERTO BRAGA DA SILVA 1963 / 1964
 MURILO RODRIGUES CAMPELLO 1964 / 1969
 HILDA MARIA ALCÂNTARA DE ARAÚJO 1969
 MARINO GOMES FERREIRA 1969 / 1977
 HELETON SARAIVA O'REILLY 1977 / 1980
 FERNANDO BOSSI DE SANTA ROSA 1980 / 1983
 FRANCISCO JOSÉ DA COSTA ALMEIDA 1983 / 1985
 LENITA DE OLIVEIRA VIANNA 1985 / 1990
 JÚLIA CURI HALLAL 1990 / 1991
 MAURO MONTEIRO FONSECA DE BARROS 1992
 LENI DE SÁ DUARTE BARBOSA 1992 / em exercício



MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL